

REFORMA UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DAS REFORMAS DO ESTADO BRASILEIRO*

Cláudio Benito O. Ferraz**

Resumo: Discutir a reforma da Universidade só é possível no processo de entendimento das reformas do Estado, que tem por objetivo tornar-se competitivo em relação as atuais condições de acumulação e produção capitalista. Ao entender esse contexto macro melhor é elaborado a crítica a posturas em nível local, instância em que se materializa de maneira complexa os novos interesses e ideologias dominantes. Buscar caminhos e soluções em relação a estas reformas, portanto, é necessário a construção local de posturas que subvertam a legalidade, a burocracia e a elitização acadêmica, buscando uma radicalização democrática da instituição junto com a sociedade.

Palavras-chave: Universidade; Reforma; Estado; Capitalismo; Democracia.

Abstract To discuss the reform of the University is only possible in the process of understanding of the reforms of the State, that has for objective to become competitive in relationship the current accumulation conditions and capitalist production. When understanding that context macro, the critict is better elaborated to postures in local level, instance in that is materialized in a complex way the new interests and dominant ideologies. To look for roads and solutions in relation to these reforms, therefore, it is necessary the local construction of postures that you/they subvert the legality, the bureaucracy and the academic elitização, looking for a democratic radicalização of the institution with the society.

Keywords: University; it Reforms; State; Capitalism; Democracy

* Texto preparado para a participação em mesa redonda, sobre o mesmo tema, realizada em 22/06/2000, durante o Vº (EPEG) Encontro Paranaense de Estudantes Geografia.

** Professor do Departamento de Educação da FCT/UNESP/Presidente Prudente. Doutor em Geografia pela USP.

Introduzindo a questão

Falar em reforma universitária é falar de um conjunto de medidas que, coordenadas pelo atual governo brasileiro, visam delimitar as novas funções e práticas que o Estado, em seu conjunto, e a sociedade, em sua diversidade, deveriam assumir e aprimorar para serem elementos competitivos e eficientes no jogo de forças da concorrência capitalista.

Hoje já ouvimos uma série de críticas originárias dos centros políticos do capitalismo mundial referentes aos erros e exageros das medidas neoliberalizantes, principalmente em relação aos países com graves problemas sociais, assim como para as próprias economias mais ricas e fortes do sistema. Discursos em prol de uma “terceira via”, de um novo “socialismo de mercado”, da preservação do Estado em determinadas esferas econômicas em que a “livre concorrência”, pela própria necessidade de competição, acaba trazendo transtornos e prejudicando aos “consumidores” – como nos casos da saúde, educação e segurança. Apesar destas observações, o cerne das idéias neoliberais não é questionado, pois o sentido de transformar os valores sociais em mercadoria sob domínio da lei da oferta e procura, em que o cidadão só tende a se realizar enquanto indivíduo qualificado como “trabalhador” ou “consumidor”, é o que demarca os rumos da “democrática” sociedade capitalista atualmente. Temos aí a redução do humano a um mero conceito econômico.

O poder ideologizante do discurso neoliberal está cada vez mais consolidado nas mentalidades e práticas cotidianas governamentais, empresariais e em nossas atividades na universidade. As palavras luminares de Marx e Engels em seu Manifesto do Partido Comunista, apontando as mazelas e decadência dos valores humanos, deturpados e empobrecidos pelos interesses economicistas e mercadológicos do capitalismo é o que identificamos de forma radical na atual fase de estruturação deste sistema econômico.

O capitalismo, principalmente após a Segunda Grande Guerra, empreendeu a tentativa de implementar um modelo de acumulação e produção articulando, via Estado como coordenador das políticas de incentivo à produção, a possibilidade de se criar infra-estruturas e forçando, por meio de intervenções políticas e financeiras, a concorrência e os níveis de acumulação, além de ser o próprio Estado um agente produtor visando atuar diretamente na amenização das graves desigualdades sociais internas aos seus territórios e, por meio de

planejamentos, subsídios e políticas assistencialistas, facilitaria tanto as condições de acumulação capitalista quanto possibilitaria o acesso de um contingente cada vez maior de trabalhadores ao mercado consumidor. Desta forma, esse “Estado do Bem-Estar Social”, como foi genericamente conhecido, teria meio de arrecadação de impostos, contribuições fiscais e venda cada vez mais acentuada de produtos de que possuía diretamente controle exploratório ou produtivo – minérios, produção de aço, energia elétrica etc. – um acúmulo de capital suficiente para manter essa política de subsídios e incentivos¹.

Paralelamente a isto, encontramos o processo produtivo e acumulativo se pautando na lógica da grande indústria, de forma que a divisão técnica do trabalho juntamente com o advento de novas tecnologias e processos produtivos mais eficientes, aceleraria a produção e o controle “científico” de toda a cadeia produção-circulação-consumo, desde a matéria-prima até o momento final, barateando os custos de elaboração e o preço final dos produtos. Tal modelo produtivo permitiria, graças as políticas sociais do Estado, um aumento de indivíduos que teriam acesso ao consumo, o que geraria maior circulação de mercadorias, logo, mais empregos no comércio, forçando um aumento da produção industrial e agrícola, ampliando o contingente de trabalhadores rurais e urbanos, gerando mais circulação de riquezas e, por conseguinte, de arrecadação fiscal para o Estado e de acúmulo de capital para as grandes empresas e capitalistas. Essa era a lógica chamada “fordista” de acumulação capitalista, que cobrava do Estado uma intervenção direta nas políticas e nos processos produtivos de modo a subsidiar e viabilizar a acumulação capitalista e a suposta felicidade de todos os envolvidos².

¹ Marilena Chauí, em seu artigo *A Universidade em Ruínas*, esclarece o seguinte: “*Em suma, o Estado do Bem-Estar introduziu a república entendida estruturalmente como gestão dos fundos público, os quais se tomam pré-condição da acumulação e da reprodução do capital (e da formação da taxa de lucro) e da reprodução da força de trabalho por meio das despesas sociais. Numa palavra, houve a socialização dos custos da produção e manutenção da apropriação privada dos lucros ou da renda.*”.[Trindade, Hélgio(org.): 2000: 213].

² Sobre esta questão, João dos Reis da Silva Júnior & Valdemar Sguissardi dizem o seguinte sobre o “fordismo” no artigo: *Reforma do Estado e Reforma da Educação Superior no Brasil*: “*Este estágio do capitalismo mundial caracteriza-se como um sistema econômico de acumulação intensiva de capital, associada à produção e ao consumo de massa, tendo, no Estado, a instituição estratégica produtora da sincronia entre a oferta e a procura, equilíbrio alcançado através de políticas de compensação social.*”.[Sguissardi, Valdemar (org.): 1997: 29].

No entanto, esse modelo “científico” de planejamento econômico e social não deixava transparecer a própria lógica inerentemente exploratória do capitalismo que, para tal, precisa investir em capital constante para que a composição orgânica do capital viabilize um processo acumulativo cada vez mais intenso e acelerado. Investir em tecnologias mais sofisticadas demanda abrir mão da força-de-trabalho, que é trabalho vivo, fonte do processo de exploração e de extração de mais-valia. Quanto maior a produção de mercadorias por tempo de trabalho e quanto menor o coeficiente de trabalhador envolvido na elaboração de uma quantidade maior de mercadoria, maior a taxa de exploração de trabalho vivo, o que significará diminuição de custos com salários e encargos sociais e maior a lucratividade das grandes empresas industriais. Por outro lado, com a quantidade menor de trabalhadores na indústria, aumenta o contingente do exército industrial de reserva e, por conseguinte, diminui o número de consumidores e os fundos sociais que o Estado arrecada para subsidiar a política do “bem-estar social”.

Essa necessidade da própria grande empresa capitalista em aumentar sua taxa de lucro como forma de sobrevivência frente a ferrenha competitividade do mercado, está no cerne das contradições que envolviam a ilusória felicidade geral e constante dos modelos fordistas em acordo com o Estado do bem-estar social.

A partir dessa necessidade de sobrevivência capitalista, o investimento em tecnologias mais sofisticadas levou a abrir novas perspectivas de integração produtiva e acumulativa, fazendo com que as grandes empresas, via novas estruturas informativas e comunicativas, pudessem tornar mais “flexíveis” os processos de exploração e de envio de capital do local de produção e exploração da força-de-trabalho para o local de origem da empresa capitalista, não prescindindo mais do Estado como elemento mediador dessas transações. Frente a esse fato, os Estados passaram a ter, principalmente os centrais da economia capitalista, uma diminuição considerável dos “fundos públicos” destinados a subsidiar as políticas sociais, o que acabou exigindo do Estado uma emissão cada vez maior de dinheiro para cobrir os gastos, contribuindo para o processo inflacionário cada vez maior em toda a órbita do capitalismo. Como as grandes empresas e indústrias estatais eram estruturas vinculadas a este “fundo público”, e, assim sendo, estavam mais voltadas para estabelecer uma infra-estrutura capitalista do que participar da concorrência e competitividade, passaram a não ter a mesma flexibilidade de exploração

e acumulação, tornando-se deficitárias, aumentando ainda mais os custos sociais dos Estados para com elas.

A consequência desse processo foi a crise do modelo fordista e do Estado do bem-estar social, pois os constantes gastos sociais fizeram com que o déficit fiscal atingisse números alarmantes, assim como a necessidade de emissão de dinheiro para cobrir a esses gastos acelerasse a tendência inflacionária da economia, o que prejudicava todo o processo acumulativo das grandes empresas, o que influía nas baixas taxas de crescimento econômico e no perigo da “estagnação”, fato que se tornou notório em vários países ao longo da década de 70³.

Diante da crise instalada, começou-se a se resgatar as severas críticas e observações de alguns intelectuais, que desde a segunda metade da década de 40 vinham apontando os perigos e erros dessa política de contenção planejada da livre competição capitalista ao mesmo tempo em que requeria recursos e fundos cada vez mais elevados para subsidiar as políticas sociais. O resultado disso foi que, após as primeiras experiências no Chile e Bolívia, com a eleição de Ronald Reagan nos Estados Unidos da América, em 1981, e de Margareth Thatcher na Inglaterra, em 1983, a nova forma de gerenciamento da economia capitalista passou a ser rapidamente disseminada. A maioria dos países acabaram adotando, de forma mais ou menos radical, a cartilha neoliberal a partir da aceitação da disciplinarização colocada pelo FMI e pelo Banco Mundial como forma de conter a inflação e propiciar o desenvolvimento econômico⁴.

É claro que essa “disciplinarização” foi muito mais contundente

³ Usando mais uma vez aqui do texto já citado de Marilena Chauí, encontramos a seguinte análise desse processo da crise do modelo fordista e do Estado do Bem-Estar: *“Nesse processo de garantia de acumulação e reprodução do capital e da força de trabalho, o Estado endividou-se e entrou num processo de dívida pública conhecido como déficit fiscal ou ‘crise fiscal do Estado’.* A isso deve-se acrescentar o momento crucial da crise, isto é, o instante de internacionalização oligopólica da produção e da finança, pois os oligopólios multinacionais não enviam aos seus países de origem os ganhos obtidos fora de suas fronteiras e, portanto, não alimentam o fundo público nacional, que deve continuar financiando o capital e a força de trabalho. É isso o ‘colapso da modernização’ e a origem da aplicação da política neoliberal, que propõe ‘enxugar’ ou ‘encolher’ o Estado”.

(Op. Cit. 2000: 214).

⁴ Não vamos aqui entrar nos detalhes de todo esse processo, contudo, indicamos para os interessados o conhecido livro organizado por Emir Sader & Pablo Gentile Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995), que apresenta, além de um ótimo histórico, reflexões e análises críticas sobre o neoliberalismo.

nos países dependentes e de economias mais fragilizadas; no entanto, o discurso neoliberalizante atuou com uma força incomensurável no conjunto das nações, principalmente após a crise dos países do “socialismo real”, contribuindo, como aqui já foi apontado, com a vitória ideológica do capitalismo em sua era da “globalização”. Assim, substituíram-se as teorias keynesianas de intervenção estatal na economia pelas teses de von Hayek e de Friedman, em que o mercado volta a ter papel preponderante nas definições do processo de mediação social e econômica. Em consequência disso temos a substituição dos processos produtivos fordista pela relação mais dinâmica do chamado “toyotismo”, o que levou ao modelo de acumulação “flexível”.

Para a efetivação dessa nova forma de gerenciamento da economia capitalista, não se podia permitir que os Estados adotassem medidas autônomas de decisão, pois a economia encontra-se num grau tal de integração que esta deve ser orquestrada via uma perspectiva global e não prioritariamente local, daí a tendência e o papel que cabe aos Estados, principalmente os da periferia do sistema, pois aumenta a dependência em relação aos interesses que estão fora de sua autonomia territorial, além de serem entendidos como estruturas que também competem economicamente nesse mercado internacional, devendo se tornar atraentes territorialmente para localização de grandes complexos industriais e, principalmente, de atração e investimento de capitais. Tendo isso como pressuposto, os Estados devem sofrer uma profunda reforma, reduzindo seus gastos e custos, ao mesmo tempo em que se facilitam as condições de exploração e acumulação capitalista, permitindo que as empresas atuem em todas as esferas de potencial lucratividade. Nesse contexto é que entendemos as atuais reformas que permeiam ao Estado brasileiro e, portanto, a que ocorre nas universidades e ensino superior.

Antes de adentrarmos a esta reforma em particular, cumpre-nos destacar alguns aspectos desta disciplinarização global da economia capitalista. Primeiramente destacamos o aspecto que as políticas neoliberais conseguiram conter o problema inflacionário na maioria dos países – permitindo uma estabilidade monetária que subsidiasse uma certa estabilidade de política financeira capaz de deixar mais claro os riscos, custos e lucros advindos com os interesses das empresas capitalistas em seus investimentos. Contudo, a proposta de aumento da taxa de crescimento não foi atingida na mesma proporção, e isso os teóricos neoliberais não esperavam.

Uma das explicações para tal fenômeno se atem ao grande e rápido desenvolvimento tecnológico, principalmente com a implementação da robótica, da computação e dos novos veículos comunicativos, que dispensou, por um lado, a grande dependência do capital de um contingente considerável de trabalhadores e, por outro lado, propiciou uma ampliação e aceleração dos processos de especulação financeira, que passaram a ter rendimentos cada vez maiores em relação ao capital produtivo. O contingente de dinheiro em circulação ou especulação é muito maior hoje do que os investidos em processos produtivos, o que compromete a taxa de crescimento econômico, pois se não aumenta a produção no mesmo patamar do que a quantidade de dinheiro, este dinheiro deixa de ser uma mercadoria em que se baseia a troca de mercadorias pautada na quantidade de trabalho socialmente produzido, passando a ser apenas moeda, mera expressão monetária pautada apenas nas taxas de juros e de dívidas, transformando a economia em monetarismo, comprometendo a produção efetiva de riqueza e tornando as economias, Estados e empresas extremamente frágeis e à mercê dos atrativos meramente monetários, ou seja, especulativos⁵.

A partir desta constatação é que muitos Estados do centro do sistema econômico passaram a se preocupar com os rumos da economia globalizada, identificando problemas sociais agudizados pelas medidas “neoliberais” que poderiam comprometer o processo de acumulação capitalista em larga escala, o que abriu espaço para teorias como as da “terceira via” em que se busca uma mediação entre autonomia do mercado e papel do Estado na amenização das disparidades sociais⁶.

⁵ Mais detalhes sobre as conseqüências dessa transformação da economia de base produtiva capitalista em especulação financeira, mero monetarismo econômico, assim como o papel do “fundo público” nesse processo de geração do antivalor, indicamos o instigante texto de Francisco de Oliveira: O Surgimento do Antivalor. Capital, força de trabalho e fundo público; in: Os Direitos do Antivalor - a economia política da hegemonia imperfeita (Petrópolis, Vozes, 1998).

⁶ Propostas como as da “terceira via”, articuladas por pensadores como Anthony Giddens e defendidas por estadistas como Tony Blair, apresentam-se com os mesmos vícios das teorias e políticas econômicas anteriores, que pressupunham resolver os problemas internos aos processos de produção e acumulação capitalistas; primeiro se apresentam como caminho único, depois almejam resolver os problemas sociais mas sem assumirem a contradição inerente a esta questão que se encontra na própria lógica capitalista, qual seja, o capital só se reproduz através de um processo de exploração e acumulação, o que torna qualquer política de amenização das desigualdades sociais no mínimo hipócrita.

Enquanto essas teorias e propostas de solução para os impasses da acumulação capitalista vão se desenrolando no interior das academias e escritórios políticos dos países centrais do sistema econômico, as nações e Estados não tão “privilegiados”, como é o caso do Brasil, caminham numa “corda bamba”, pois precisam, para sobreviver dentro da lógica capitalista, continuar atraindo os investimentos de capital, tanto o produtivo quanto o especulativo. Tal necessidade que se apresenta como “caminho único”, pressupõe, por um lado, a eliminação, do chamado “fundo público”, os gastos com políticas sociais, por outro lado, reorienta os processos de financiamento deste “fundo” com subsídios fiscais e benefícios econômicos para agradar grandes empresas e indústrias, ao mesmo tempo em que estabelece uma série de facilidades para a entrada de capital especulativo, via alta taxas de juros e liberdade de remessas de lucros para o exterior etc.

Frente a este quadro é que o papel dos Estados dependentes é altamente complexo, pois precisam administrar os interesses do capital internacional, ao mesmo tempo que tem de atender aos capitalistas nacionais, francamente em desvantagem frente a concorrência e tecnologia externa. Atender a estes interesses pressupõe adotar medidas que eliminem, ou diminuam, as conquistas sociais dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que tentam evitar, ou “mascarar”, o aumento do número de desemprego e os conseqüentes problemas sociais como violência, pobreza e marginalização. Para estes Estados, portanto, tornarem-se atrativos, precisam de reformas e investimentos que os tornem viáveis para o grande capital; essas reformas são tomadas como a única forma para que essas nações se tornem ricas e independentes, contudo, como precisam cumprir seus compromissos com o capital, esses Estados são obrigados a quitar suas dívidas com os grandes bancos e agências que financiam esta suposta estabilidade, o que permite atrair ao tão necessário capital. O pagamento das dívidas compromete tanto investimento em obras sociais quanto o “fundo público” de subsídios para o grande capital, o que leva a necessidade de novos empréstimos, aumentando o endividamento e, portanto, os juros a serem pagos. É um círculo vicioso de dependência e de agravamento de problemas, cuja solução é, em sua maioria, “empurrada com a barriga”⁷.

⁷ Apenas a título de exemplo do que acabamos de falar, podemos citar como essa política econômica aplicada a países dependentes, como os da América latina, acaba agudizando ainda mais os graves problemas sociais, ao contrário do que prega a

A reforma do Estado, como a atualmente cobrada ao Estado brasileiro, sofre desses paradoxos e limites, afetando, portanto, de forma contraditória as diversas reformas que ocorrem no interior deste Estado, como a proposta à Universidade. Ou seja, de um lado tem-se um mercado enorme para ser explorado –alunos potenciais, produção e venda de material didático, verbas com pesquisas e aprimoramento de mão-de-obra, especulação e valorização imobiliária dos locais ao redor dos “campus” etc. -. Por outro lado, encontra-se o próprio interesse do grande capital em ter acesso a equipamentos, tecnologias e orientações técnicas de como implementar modelos e práticas mais eficientes de lucratividade, além de produção de mercadorias mais elaboradas ou alternativas. A pesquisa universitária, financiada pelo Estado, portanto, acaba sendo uma parte importante do “fundo público” que subsidia as empresas capitalistas, desobrigando estas de investimentos em determinadas tecnologias ou esferas de pesquisas, mas que são de interesse e necessidade vital para as mesmas⁸.

cartilha do FMI e Banco Mundial, pois quem sai favorecido são os membros da elite econômica e política. Atilio Borón apresenta em seu texto *A Sociedade Civil Depois do Dilúvio Neoliberal*, os seguintes dados sobre a América Latina. Enquanto em 1960 51% dos latino-americanos viviam abaixo da linha de pobreza, no final da década de 70 esse número havia caído para 41%, mesmo com os sistemas políticos autoritários e extensa exploração da mão de obra, contudo, após as crises econômicas, a adoção de medidas neoliberais expressou qual a verdadeira lógica desse sistema, pois no final da década de 80 esse número já havia aumentado para 46%, e as projeções para o ano 2000 é que possivelmente 59% dos latino-americanos estarão vivendo abaixo da linha de pobreza [in: Sader, Emir & Gentili, Pablo (orgs.): *Op. Cit.*, 1995: 83]. Em decorrência dessa política orquestrada internacionalmente, o *The Wall Street Journal of Americas*, em artigo de Graig Torres intitulado *A Batalha Latina Pela Educação*, conclui que a América Latina possui a pior distribuição de renda do mundo, com tendência a aumentar ainda mais, pois a concentração cada vez maior de renda nas mãos de poucos privilegiados é uma tendência que está se acentuando em todo o capitalismo na era da globalização, só que nessa região do mundo é mais acentuado e acelerado, atualmente os 20% mais pobres detêm 4,5% da renda, enquanto os 20% mais ricos possuem 53% da renda (O Estado de São Paulo. 25/4/2000).

⁸ Em caderno especial intitulado *O Impasse da Academia*, o jornal a Folha de São Paulo, de 20/6/2000, apresenta alguns dados interessantes sobre a Universidade brasileira que vai na direção que estamos aqui criticando. Enquanto, por um lado, o Brasil possui um dos menores índices de alunos matriculados no ensino superior em relação ao potencial da faixa etária – segundo a folha é de 15%, mas segundo outros critérios, como os dados apresentados por Dilvo I. Ristoff⁹, é de 10% (*A tríplice Crise da Universidade Brasileira*), mas em ambos os casos, o país se encontra entre os piores da América Latina – , por outro, o Brasil apresenta o maior índice de

As dubiedades inerentes à necessidade que o Estado possui frente à reforma universitária desdobram-se ainda mais quando se destaca que um dos elementos com que se garante o investimento dos agentes financiadores internacionais, assim como de atração de grande capital, passa pela quantidade de alunos matriculados no terceiro grau, do número de evasão, e da quantidade produtiva dessa instância do saber. A lógica do grande capital é a seguinte: para um país que possui um grande contingente de “cidadãos” com terceiro grau completo, isso significa uma mão-de-obra qualificada, o que garante trabalhadores mais competentes e eficientes. Como a força-de-trabalho no Brasil tem custo baixo, mesmo um trabalhador qualificado significará gastos reduzidos para o capital que aqui investir, principalmente porque esta qualificação superior não redundará em emprego mas, pelo contrário, num grande contingente de desempregados, que competirão por vagas, de forma que só os mais “eficientes” conseguirão “trabalho”. Esse é o dado que as reformas que afetam a educação brasileira, com suas palavras de ordem: “qualidade no ensino”, “avaliação qualitativa”, “flexibilização de conteúdos”, “autonomia financeira e didática”, não deixam entrever, ou seja, a educação para formar o “cidadão criativo e crítico” acaba

produção científica do continente latino – só em 1995 o Brasil publicou 2.760 artigos científicos, o dobro do segundo colocado, que é a Argentina -. Contudo, ao observarmos o total de investimento no ensino superior, vemos que o Brasil ocupa o terceiro lugar no continente entre os que mais investiu em 1995, com um total de 1,36% do PIB, enquanto a Argentina investiu, no mesmo período, 0,73%, só que a Argentina possui 42% de alunos, do total que tem condições de estudar no terceiro grau, matriculados em alguma instituição de ensino superior, o que demonstra que a prioridade do Estado brasileiro é mais com a pesquisa do que com o ensino superior, ressalta-se que são em determinadas linhas de pesquisa. A América Latina possui um dos mais baixos índices de produção científica do mundo, caso utilizarmos como critério a relação entre a porcentagem da população em relação a mundial (8,5% da população mundial) e da proporção do Produto Interno Bruto em relação ao total mundial (7% do total Mundial) com o de publicação, ou seja, só publica 1,6% do total de publicações científicas do mundo. Partindo desse dado, o Brasil, apesar de investir em pesquisa, esse investimento é pouco em relação ao potencial do país. Abílio Afonso Baeta Neves, presidente da Fundação Capes, torna a questão mais complexa ao apontar que nos últimos 20 anos implantou-se mais de 2000 programas de pós-graduação e que, por isso, essa taxa de crescimento na produção científica brasileira é maior do que a média mundial. No entanto, a qualidade desta produção e a concentração em determinadas áreas estratégicas, não necessariamente para a nação, mas para o grande capital aqui se consolidar é que deve ser observado com mais cuidado.

desembocando num “indivíduo/força de trabalho” que terá de competir no mercado de trabalho, onde poucos – os considerados mais eficientes ou viáveis economicamente (o que muitas vezes significa ter apadrinhamento ou desenvolver determinadas posturas éticas tão necessárias à lógica da sobrevivência capitalista, como a hipocrisia, a mentira, a subserviência, a falsidade etc.) – sobreviverão.

Após estas genéricas palavras, passamos a discutir a questão da reforma da Universidade no Brasil.

A Universidade Brasileira: A Eterna Busca do que Não foi

Desde o seu surgimento na história ocidental, a Universidade sempre se pautou por uma série de funções relacionadas com a produção e preservação do saber. As primeiras Universidades Medievais em Paris e Bolonha, por exemplo, foram estruturadas e viabilizadas pela Igreja que objetivava a perpetuação do seu poder institucional. Tal fato aponta que, desde sua invenção, o processo de produção do saber sempre teve uma relação conflituosa com os interesses das instâncias que permitiam a produção deste no interior destas instituições universitárias. Os diferentes modelos e experiências de gerenciamento e de produção do conhecimento foram se diversificando ao longo dos séculos, mas sempre circunscritos a determinados parâmetros e posturas que, institucionalmente foram se acumulando, desembocando, na modernidade capitalista, no que entendemos por Universidade.

A Universidade moderna tem início com as conseqüências advindas das descobertas científicas, principalmente na física, química e matemática, atreladas ao uso destas no processo de controle, exploração e potencialização da natureza – através de máquinas e ferramentas com maior apuro tecnológico - em conformidade com as necessidades da lógica de acumulação capitalista. Podemos utilizar, a título de exemplificação, o fato de que a Universidade moderna, pelo menos em sua primeira fase, vincula-se ao Estado pela perspectiva da produção de técnicos e profissionais atrelados aos interesses e necessidades da maquinaria estatal – como Napoleão incentivou – ou via a elaboração e sistematização do conhecimento objetivando atender as necessidades culturais da integração nacional – como ocorreu à Universidade alemã, principalmente após Bismarck. Com os desdobramentos posteriores

do sistema capitalista, essa dupla função tornou-se mais complexa; no entanto ela continua a perpetuar os interesses do Estado moderno para com o sentido das Universidades⁹.

Apesar dos vínculos com o Estado, a Universidade, enquanto instituição, possui seus próprios interesses e necessidades e, como toda instituição, precisa se reproduzir, crescer, consolidar e ter poder. Como instância institucional, ocorrem em seu interior, respeitada as especificidades, os mesmos conflitos ideológicos, corporativos, carreiristas e políticos que envolvem a sociedade como um todo. No entanto, para atender seus objetivos seculares, a instituição universitária, por mais que se vincule aos objetivos estatais, precisa ter uma certa autonomia em relação a estes, de forma a atender aos seus próprios objetivos para com a produção do saber, ou seja, para se tentar produzir conhecimento “verdadeiro”, pode-se, muitas vezes, ter que estabelecer críticas a determinadas políticas e posturas governamentais. Eis aí a fonte dos conflitos da relação saber e poder.

Além desses objetivos, existem os objetivos sociais, que são diversos e conflituosos. De um lado temos as carências sociais de boa parte da população, como saúde, educação, emprego etc.; de outro lado temos as necessidades de grandes corporações econômicas, principalmente na viabilização de seus interesses, o que cobra da Universidade um distanciamento das carências sociais que afligem a maior parte da população em prol de uma aproximação das fontes de recursos financeiros privados. Envolvida nessas necessidades de objetivos e interesses diversos, caminhou a Universidade moderna em seus avanços e desenganos até os dias atuais, quando se percebe uma postura específica desta para com a lógica geral do capital.

Afunilando ainda mais, delimitando apenas o caso da Universidade no Brasil, podemos inferir que, dentre as várias diferenças para com as Universidades européias e norte americanas, uma questão que chama a atenção é a pouca idade desta instituição em nosso território. Enquanto boa parte das maiores Universidade dos Estados Unidos foram edificadas ao longo dos séculos XVII e XVIII, sendo as européias bem anteriores a esta data, e muitas das Universidades latino americanas serem fundadas nos séculos XVIII, algumas até no século XVI, a Universidade só se

⁹ Mais destaques sobre este histórico da Universidade, indicamos o texto de Héglio Trindade: Universidade, Ciência e Estado; in: Trindade, Héglio(org.): Universidade em Ruínas na república dos Professores. 1999.

estrutura no Brasil na década de 30 do século XX. Essa falta de tradição facilita as possíveis mudanças que tentam se implementar na mesma, não permitindo a consolidação de experiências administrativas, de políticas gerais para a pesquisa e o ensino superior.

Outro fator que caracteriza a Universidade no Brasil é a baixa relação de alunos que chegam a cursá-la em relação ao total de alunos possíveis. No Brasil temos 2 milhões de alunos cursando o ensino superior e o ideal seria um número 4 vezes superior a este, o que coloca o país numa das últimas posições na comparação da relação estudantes de terceiro grau/total de alunos possíveis. O crescimento desta relação só perde, na América Latina, para a Nicarágua¹⁰.

Esse baixo índice de alunos universitários expressa uma outra característica da Universidade brasileira, qual seja, a sua elitização. O vínculo da instituição de ensino superior brasileira, desde seus primeiros passos após a vinda da família real para o Brasil, passando pela criação da USP, sempre se relacionou com os interesses e necessidades da elite brasileira, visando a formação de quadros especializados para gerenciar e perpetuar a ordem pela perspectiva de quem está no poder. Assim, poucos professores especialistas formavam grupos reduzidos de alunos para dar continuidade à lógica dominante, deixando a grande maioria da população à margem de qualquer possibilidade de acesso cultural¹¹. Com a industrialização e urbanização, e a conseqüente formação de classes sociais urbanizadas, paralelamente à necessidade do Estado e da economia capitalista de especialistas técnicos para gerenciar a sociedade brasileira, que se tornava cada vez mais complexa, não só se cria a Universidade como se amplia a oportunidade de acesso a ela para parcelas economicamente mais privilegiadas da sociedade, mesmo que muitos

¹⁰ Vide nota 8.

¹¹ Esta observação deve ser lida como uma relação hegemônica mas não homogênea à toda estrutura universitária, pois a própria sociedade não é uma estrutura retilínea e passível de uma única interpretação e função e, por ser fundada nas relações sociais, a Universidade brasileira também reflete estas contradições sociais, além do fato de ser um local privilegiado para o debate e a produção de novas idéias e discursos, o que propiciou, ao longo dos anos, a elaboração de outros enfoques de leitura da sociedade brasileira, no entanto, não se pode negar o vínculo hegemônico desta instituição para com o Estado e as elites dominantes, como deixa claro a entrevista de Roberto Romano à revista *Caros Amigos*, número 23, de fevereiro de 1999, em que aponta os desmandos e incongruências na Universidade brasileira atualmente, em sua relação com o poder do Estado e da busca da consolidação do poder interno.

destes não fazerem parte da elite política e econômica.

Essa tendência se intensifica, principalmente após a década de 60 e 70, quando a máquina estatal toma contornos enormes, além do rápido desenvolvimento econômico, urbano e industrial que o país passa a viver, o que força ao governo brasileiro, principalmente durante a ditadura militar, a adotar medidas que viabilizassem a ampliação de cursos superiores, formando quadros profissionais de ensino superior. Para tal, implementam-se as primeiras grandes mudanças no ensino superior brasileiro, adotando as medidas e modelo norte-americano para a educação brasileira, o que, para a especificidade do ensino superior, significou a ampliação da rede privada de ensino, a possibilidade de formação rápida e concentrada, além da política de financiamento de pesquisas vinculada a órgãos de fomento.

Apesar dessas medidas ampliarem o contingente de alunos paralelamente a um número maior de pesquisas e cursos de pós-graduação, a Universidade, notadamente a pública, continuou objetivando ser uma instância para poucos. Essa elitização da Universidade pública brasileira contribuiu para que esta se distanciasse dos reais problemas sociais e se voltasse para si própria, para seus problemas e necessidades internos, elaborando teses, trabalhos, artigos via bolsas de estudos, gratificações, subsídios financeiros, geralmente bancados com dinheiro público, cujo retorno ou se perdia no interior dos próprios muros acadêmicos, ou se destinavam, em alguns casos, aos escritórios de clientes e empresas privilegiadas.

Com as medidas implementadas após o governo FHC, de reformar essa estrutura universitária, tornando-a competitiva e lucrativa, via autonomia financeira e flexibilidade administrativa, isso significou uma cobrança da Universidade pública para sair de seu isolamento elitista e se aproximar, não da realidade social em que vive a maior parte da população, mas do mercado, adotando medidas de concorrência e sobrevivência que o regem. Se por um lado era extremamente necessário mudar as relações universitárias para com a sociedade, principalmente pelo seu caráter elitista e isolacionista, as formas adotadas pelo governo FHC, por outro lado, pautaram-se por uma falta de debate com as instâncias interessadas, principalmente a sociedade em sua diversidade, visando apenas adequar a instituição a uma perspectiva de competência e eficiência regida pela lógica do mercado e da empresa privada, esquecendo o que vem a ser uma Universidade e a importância desta para o conjunto de uma nação.

Diante disso, identificamos que as condições econômicas e culturais de boa parte da sociedade brasileira permite que possamos atualmente identificar um potencial enorme de se dar um sentido realmente social para a Universidade brasileira, tanto nas condições de elaboração do saber – via integração de pesquisas e pesquisadores de diferentes áreas – pela viabilidade que se coloca de romper com a compartimentação departamental e o isolacionismo das pesquisas individuais, quanto na divulgação deste conhecimento, aproximando-se dos reais interesses e necessidades sociais, não se restringindo a poucos e privilegiados indivíduos e empresas.

Hoje, como nunca antes na história brasileira, existe a potencialidade de conscientização frente as condições básicas de se ampliar o número de estudantes no ensino superior¹². A necessidade de se consolidar a autonomia econômica e política da nação passa pela ampliação e qualificação dos indivíduos com formação superior de qualidade e, para viabilizar tal empreitada, é necessário ter um potencial de indivíduos concentrados em meios urbanos e em condições para ingressar no ensino superior, pois a economia industrial e agrária, assim como os níveis de desenvolvimento tecnológico, necessitam de especialistas no domínio dessas áreas, ao mesmo tempo em que o Estado e a Universidade estabeleçam infra-estrutura para atender essas necessidades individuais e sociais.

Essas premissas que viabilizam as condições de socializar o acesso ao ensino superior estão colocadas no caso brasileiro que, paralelamente à ampliação do acesso as informações, o que permite estabelecer uma ampla comunicação entre o interior dos muros acadêmicos com a sociedade exterior a estes, pode fundamentar uma Universidade realmente democrática, tanto no acesso, quanto na produção e divulgação do conhecimento produzido. No entanto, as reformas implementadas pela administração FHC visam canalizar este potencial socializador, que atualmente está colocado à Universidade, para caminhos estreitamente

¹² Nunca se teve tantos alunos cursando o ensino médio, independente das condições dessa formação e do grande número de evasão escolar, mas esse potencial de alunos matriculados e que poderiam se matricular, vislumbra condições de se realmente socializar o ensino superior no país, infelizmente, esta ampliação de vagas está sendo orquestrada não para atender as necessidades sociais, mas as do mercado, o que tende a perpetuar os processos de elitização, hierarquização e redução dos potenciais estudantes nas universidades.

vinculados à ideologia neoliberal da reforma do Estado e dos interesses econômicos internacionais.

Vemos assim que a Universidade, no caso brasileiro, passa a ser lida pelo Estado como uma empresa que deve gerar lucros imediatos. Como a Universidade forma alunos, ou seja, profissionais, o retorno econômico dos investimentos nunca é imediato, logo, só daria lucro se o retorno não viesse após a manufatura desta mercadoria, mas durante o processo de elaboração. Portanto, essa “mercadoria” terá que pagar pela sua formação, como maneira de viabilizar os investimentos que o Estado está fazendo. Como a meta do Estado é a “reforma fiscal”, ou seja, terá que administrar seus custos como uma empresa privada, não gastando dinheiro com fatores que não signifiquem atração de mais dinheiro, todas as instâncias vinculadas ao Estado devem refletir e cooperar com esta meta econômica.

Pautando-se nessa perspectiva é que os “fundos públicos”, como já esboçamos anteriormente, não podem ser investidos em benefícios sociais que subsidiem a sobrevivência dos indivíduos necessitados, mas devem ser aplicados no subsídio à viabilização do lucro das grandes empresas, pois são estas que atraem mais capital e, por conseguinte, são entendidas como as principais responsáveis no aumento da riqueza de uma nação.

Pensando assim, a necessidade de se ter mão-de-obra qualificada é uma necessidade que possibilita a vinda de grandes empresas para o país. No entanto, não necessariamente as empresas irão precisar de todos esses formados, logo, deve-se evitar gastos com todo esse contingente de futuros profissionais. As Universidades públicas, portanto, devem passar por um processo de hierarquização, sendo que as que demonstrarem mais eficiência e competência é que terão privilégios de financiamento e verbas públicas, como forma de melhor qualificar os melhores profissionais e estes sim é que serão os quadros das grandes empresas. Assim, o “fundo público” será investido na educação superior pública de forma racional, pois permitirá o retorno financeiro para as grandes empresas, estas que trazem mais capital para o país. O “fundo”, portanto, será aplicado como forma de subsidiar o lucro das grandes empresas, significando que não haverá gastos desnecessários com uma grande massa de alunos que não serão necessários, pelo menos de forma imediata, para o grande capital.

O resultado disso é que a elitização do ensino superior público se perpetua, mas agora travestido de eficiência administrativa e financeira,

o que justifica medidas que, apesar de necessárias, objetivam a lógica do mercado e não a da sociedade. O exemplo mais claro disso é o chamado processo avaliativo do ensino superior, vulgo “provão”. Avaliar o ensino superior brasileiro é uma necessidade lógica, como forma de estabelecer uma transparência e conhecimento de como anda e para onde vai esse ensino. Contudo, não se pode reduzir essa avaliação a apenas um modelo quantitativo de se “provar” os conhecimentos dos alunos formados. O debate coletivo dos agentes envolvidos nesse processo de ensino é que deve delimitar as formas, objetivos e tipos diversos de se avaliar, e não poucos técnicos/especialistas que atendem a objetivos pautados numa lógica competitiva, classificatória e produtivista, como atualmente ocorre nesse sistema avaliativo¹³.

Algo semelhante ocorre com outros processos avaliativos, os estabelecidos pelos órgãos de fomento a pesquisa, que acabam vinculando sua política de distribuição de bolsas para pesquisas em nível de graduação ou, principalmente, de pós, ao menor tempo de defesa e a dados meramente quantitativos, como titulação do corpo docente, número de alunos matriculados, relação quantidade de alunos/professor etc., como se a qualidade adviesse naturalmente da eficiência quantitativa dos números apresentados. O resultado desta postura será uma

¹³ Apesar dos erros desse processo avaliativo, erros advindos por exemplo, dentre outros fatores, pela técnica de avaliação empregada, como a soma das notas e a divisão pelo total de alunos matriculados, estabelecendo uma média não fruto das condições concretas da cada universidade, mas de uma média geral. Uma Universidade que possui um grande número de cursos sairá prejudicada em relação àquelas que possuem poucos cursos a serem avaliados. Apesar desses erros, que o próprio Ministério da Educação visa corrigir, os primeiros resultados do “provão” contribuíram para, pela primeira vez no país, ter uma idéia do conjunto do ensino superior brasileiro, fundamentando determinadas críticas e desfazendo certas hipóteses. Os dados comprovaram que o ensino superior privado é de qualidade bem inferior ao público, ao mesmo tempo que desmistificou que alunos cuja as famílias possuem renda mensal baixa não se dão tão bem nas universidades como os alunos de famílias de alta renda mensal. Dados apresentados pelo Estado de São Paulo, de 5/6/2000, demonstrou que os alunos de lares com renda inferior a 10 salários mínimos tiveram média superior aos de lares com renda superior a 20 salários mínimos. O que a primeira vista pode significar que os alunos mais carentes, oriundos de escolas públicas, devem continuar a ter direitos iguais, reforçando a necessidade de se investir em mais Universidades públicas, pode apontar para uma nova face da cliticização do ensino público superior brasileiro, ou seja, não importa a origem social do aluno, só os mais competentes terão acesso ao melhor ensino, os demais deverão se contentar com o que tiver à mão.

concorrência entre os cursos para atingirem um patamar em que poucos sobreviverão, estabelecendo uma hierarquia de “bons” cursos, os que terão bolsas e incentivos públicos, e os “demais”, que terão que inventar formas de sobrevivência, caso não optem pela solução mais pragmática da privatização¹⁴.

Essa postura de eficiência administrativa é que justifica, no caso brasileiro, não investir mais no ensino superior público - no período 1995 a 2000 não foi aberta nenhuma instituição do ensino superior pública no país, enquanto criaram-se e aprovaram-se mais de 80 particulares¹⁵ - , permitindo que as instituições privadas assumissem as diretrizes da formação da maior parte dos indivíduos em condições de adentrar à Universidade.

Dos 20 milhões de potenciais alunos, o Brasil possui apenas 10% em Instituições de Ensino Superior, sendo que em apenas 20 anos – 1975 a 1995 – inverteu a relação de alunos matriculados nas universidades públicas e particulares: atualmente de mais de 60% está freqüentando cursos em instituições privadas de ensino¹⁶. Para comparar apenas com

¹⁴ Uma das dificuldades do governo assumir claramente essa defesa da privatização do ensino superior se encontra na própria Constituição de 1988, que coloca como dever do Estado o ensino Público e Gratuito para todos, em todos os níveis. Para adequar legalmente as necessidades econômicas, tornou-se necessário intervir na Constituição via Propostas de Emenda Constitucional que, entre outras medidas, vai institucionalizando a desobrigação do governo federal para com o ensino superior público, como expressa João dos Reis Silva Júnior em seu artigo Tendência do Ensino Superior Diante da Atual Reestruturação do Processo Produtivo no Brasil: *“A reforma do Estado em curso no Brasil pretende transformar as universidades federais públicas em ‘organizações não estatais de direito privado’; com essa mudança jurídica, segundo a argumentação dos técnicos do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), as instituições estariam livres da legislação em vigor e poderiam, por conseguinte, aperfeiçoar seus programas acadêmicos(..), visto não estarem presas à burocracia do Estado”* [Catani, Afrânio Mendes (org.): *Universidade na América Latina – tendências e perspectivas*. 1996: 26].

¹⁵ Menseses, Luís C. de: *Universidade Sitiada*. 2000: 38.

¹⁶ Em 1999 foram abertas 58.995 vagas para o ensino superior brasileiro, basicamente todas na rede privada, o que demonstra uma sensível concentração, cada vez maior, do ensino superior nas mãos da escola privada. Contudo, os reitores de universidades públicas alegam que ampliaram para 10.007 o número de vagas em suas universidades, mas aí outro dado chama a atenção, o fato dessas vagas se concentrarem basicamente em Administração, Contabilidade e Computação, que responderam por mais de 45% das vagas abertas. Outro dado preocupante é que mais de 30% dessas vagas foram abertas em São Paulo, que já concentra a maior rede de ensino superior brasileiro. Isso é problemático se pegarmos a carência de profissionais em outras áreas do saber, não só em São Paulo, mas notadamente nos demais estados e regiões

alguns países, nos EUA possuem mais de 55% da população em condições de estudar no terceiro grau, cursando algum tipo de ensino superior; a Inglaterra atinge 34%. O mais interessante é que esses países, ao contrário do que se prega para as nações dependentes, possuem a maior parte de seus alunos matriculados em Instituições Públicas, ou seja, os EUA, considerado a grande economia dos tempos neoliberais, dos 14 milhões de alunos matriculados no terceiro grau, apenas 3 milhões encontram-se em escolas particulares, o que nos permite concluir que para nações que estão na centralidade do sistema capitalista, o ensino superior público é prioridade do Estado, daí o alto investimento que efetuam para a melhor formação e qualificação deste.

Para melhor fundamentar tal afirmação, exemplificamos com os valores investidos por aluno universitário pelo Estado norte-americano, que anda por volta de 11.800 dólares por ano. O Canadá investe 12.300 dólares, o Japão investe 11.800 dólares, o Brasil aplica apenas 4.700 dólares, bem abaixo, portanto¹⁷. Mas o que mais chama a atenção não são esses valores em si, é o que os governos desta nações “desenvolvidas” pretendem ampliar ainda mais esse investimento, por considerarem que esse investimento é crucial “para a segurança nacional e futuro da nação”¹⁸. Ao ampliarmos o enfoque sobre o ensino público em geral entre as diversas nações “ricas”, encontramos a importância que do significa o investimento Estatal em educação, enquanto países como a Suécia e Suíça, o Estado investe mais de 2.000 dólares por aluno, nações mais populosas da centralidade do sistema econômico, como EUA, Japão, Alemanha, França etc. investem mais de 1.500 dólares por aluno; já países como o Brasil não chegam a investir 200 dólares, e ainda são culpados de irracionalidade de investimento desmedido em educação pública¹⁹.

do país. Fonte: Folha de São Paulo – Ensino Superior Brasileiro Cresce ‘Torto’. 30/01/2000.

¹⁷ Fonte O Estado de São Paulo – universitário do país custa menos que o americano. 15/2/2000.

¹⁸ Ristoff, Dilvo I. Boyer Commission – o modelo americano em debate, in: Trindade, Hélgio (org.): Universidade em Ruínas na República dos Professores.1999.

¹⁹ Fonte destes dados se encontram em Dilvo I. Ristoff: A Tríplice Crise da Universidade Brasileira. Neste mesmo artigo, Ristoff cita alguns economistas que, ao estudarem o sistema educacional americano, comprovam a importância econômica de se investir em educação pública como forma de fomentar a riqueza social do Estado. Usando apenas dados de investimento em Ensino Superior, alguns autores comprovam que a cada dólar investido, significa um retorno de mais de 1,50 dólar para a economia do país, não só em consumo, mas em impostas e produtividade futura imediata. Por isso

Esses dados gerais sobre o ensino público entre as diversas nações, ficam mais agudizados em relação ao Ensino Superior, que é considerado como estratégico para a autonomia financeira e política dos países, daí a pouca margem de abertura para o Ensino Privado nesses Estados. Já no Brasil, os ajustes administrativos e financeiros cobram uma postura de abertura para o capital privado, fazendo com que a racionalidade de investimentos em ensino e pesquisa seja contida a poucas áreas e instituições, aumentando ainda mais a defasagem entre os tipos de formação superior. O “isolamento”, “hierarquia” e “elitização”, portanto, continuam a se perpetuar e a ser a própria base da Universidade brasileira, uma Universidade que nunca conseguiu ser realmente aquilo que objetivava ser, apenas apresentou esboços de suas possibilidades, de *autonomia, independência, democracia e qualidade*.

“Autonomia” acabou se restringindo ao aspecto financeiro, ou seja, não dependendo mais da “boa intenção” de algum governante em investir no ensino superior público, ou de ficar à mercê do repasse de alguma porcentagem dos recursos financeiros arrecadados pelo mesmo Estado, mas dá-se autonomia para que cada instituição busque no mercado capitalista as formas de ampliar seus recursos, geralmente vendendo o conhecimento produzido para quem melhor pagar.

Essa autonomia acaba vinculando a “independência” da produção do saber à dependência das forças e interesses econômicos que podem melhor pagar por este. Logo, só se pesquisa aquilo que pode ser rentável economicamente para a instituição.

A “democracia” que viabilizaria a maior participação da sociedade nos rumos e objetivos da instituição fica restrita aos parâmetros da legalidade institucional, de não se incorrer em desvios de dinheiro, ou de não ferir alguma lei que possa comprometer a imagem da instituição. Internamente essa democratização reflete e fundamenta essa democracia restrita à legalidade do processo, distanciando-se de uma efetiva politização e participação coletiva, como podemos constatar na ampliação da representatividade dos professores mais graduados nos órgãos e instâncias universitárias, ou a proporcionalidade do voto da categoria docente nos

que essas nações não abrem mão do ensino Universitário público, pois se pautam pela lógica econômica de se perpetuar no poder em nível global. Desestimular essa atitude em nações dependentes, como o Brasil, significa limitar a concorrência global, além de fortalecer a superioridade científica e tecnológica. [Trindade, Héglio (org.): Op. Cit. 1999].

processos de eleição, legalmente definida em 70%, deixando os outros 30% para as demais categorias, ou seja, é uma democracia de e para poucos privilegiados.

Finalmente, a “qualidade” do ensino e da pesquisa acaba desembocando numa qualidade meramente pragmatista, de interesse imediato para o mercado, levando à competitividade entre as instituições para apresentar a resposta mais qualificável – entenda-se rentável, – agudizando as distâncias entre as instituições, suas funções e possibilidades. Tal fato cobra das instâncias produtoras de pesquisas, principalmente os cursos de pós-graduação, uma pressão em prol da redução do tempo de elaboração dos trabalhos. Quanto menor o tempo de elaboração e maior a quantidade de publicação, a qualidade estará assegurada, assim como a possibilidade de mais bolsas. Ora, em determinadas áreas, a qualidade da pesquisa está exatamente vinculada ao tempo de amadurecimento das idéias, o que fica impossibilitado com essa produção industrial que tenta uniformizar a todas as áreas do saber, não se valorizando que a principal riqueza e fundamento do conhecimento advêm da diversidade que move cada processo de produção e elaboração das idéias.

Ao olharmos as medidas e reformas tomadas ou desejadas atualmente em relação à Universidade brasileira, notamos que a prioridade é claramente para com o mercado e não para com a sociedade, como a retirada da estabilidade de emprego e dos benefícios sociais, o arrocho salarial, a substituição da isonomia salarial por uma flexibilização maior dos valores e verbas destinados conforme a produtividade de cada instituição, os “provões” apontando para quais as unidades são eficientes e quais não são, a possibilidade de se transformar universidades públicas e privadas em “organizações sociais”, que seriam organizações que teriam atividades públicas mas não vinculadas ao Estado, portanto, seriam empresas privadas que poderiam ter essa autonomia e independência postulada, mas sem obrigação do Estado financiá-las. Isso paralelamente à tendência de se criar vários tipos de Instituições de Ensino Superior, conforme o modelo americano, em que pesquisa e ensino de ponta se reduzam a algumas instituições mais competentes e eficientes, enquanto outras se caracterizariam por formar profissionais qualificados em grande quantidade, sem obrigatoriedade de pesquisas, e outras ainda pela formação de técnicos em nível superior, o que concretizaria a hierarquia de formação e de qualidade de ensino atualmente esboçada, atendendo, ao mesmo tempo, à necessária ampliação de vagas para o ensino superior

como forma de se aproximar o Brasil das médias dos países desenvolvidos e garantir, assim, os recursos financeiros e investimentos estipulados pelas agências internacionais²⁰.

A título de exemplificação: a reprodução dessa lógica em nível micro

Após esse quadro geral, visando apresentar o contexto mais amplo que move as políticas de reformas que atuam nos países dependentes,

²⁰ Apenas a título de exemplo, podemos perceber que essa política para a educação no Brasil não é exclusividade de nossos governantes, mas é fruto de toda uma proposta internacional, articulada pelos bancos e agências financiadoras que, de um lado apontam a importância da educação para o desenvolvimento desses países, mas, por outro lado, vinculam o financiamento das reformas educacionais a um determinado modelo pautado na lógica e eficiência do mercado capitalista, incentivando a dependência tecnológica dessas nações em relação ao conhecimento produzido do centro do sistema, além de subsidiar os processos de exploração de “mão-de-obra” qualificada e barata, o que amplia e acelera a capacidade de acumulação capitalista em nível global. Não é à toa que a maioria dos países da América Latina passaram a investir menos em Educação desde que adotaram as reformas neoliberais. Abriram mão do ensino público, deixando o mercado aberto para a educação privada, principalmente nos níveis médio e superior, garantindo o ensino básico, mas com dinheiro advindo das agências internacionais, ampliando a dívida pública e a dependência financeira e intelectual. Se por volta da década de 70 os países latino-americanos investiam em média 4,5% do Produto Nacional Bruto em Educação, no início da década de 90 essa porcentagem caiu para 3,6%, chegando em 1999 a 3,3%, com tendência a cair ainda mais (Fonte: O Estado de São Paulo – Investimento diminui nas Américas. 12/2/2000). Exemplificando com o caso das Universidades Públicas Federais brasileiras, vemos que ano a ano diminui a verba destinada à manutenção destas, pois em 1995 tínhamos 0,79% do Produto Interno Bruto destinado ao Ensino Superior Público Federal, em 1997 esse percentual caiu para 0,66%, chegando a 1999 a 0,61% [Fonte: Nelson Carlo Amaral: Crise no Financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior; ; in: Trindade, Hélió (org.): Op. Cit. 1999]. A partir desses números, podemos perceber que o futuro das nações latino-americanas, em especial a brasileira, é altamente problemático, apontando a tendência de cada vez aumentar mais a distância entre os privilegiados e os explorados, além do reforço da dependência econômica e científica das mesmas. Lembramos que estes dados não são os mesmos apresentados na nota 8, isso se dá porque aqui estes se referem a exclusividade das Instituições Federais enquanto lá se refere ao conjunto das públicas, no entanto, ambos concordam com o aspecto de que a verba destinada para o ensino superior no país está diminuindo, principalmente no que tange ao ensino, pois a parte de pesquisa, notadamente em determinadas áreas, que não incluem as humanas nem as de tecnologia de ponta, mantém uma certa continuidade, o que expressa o processo de hierarquização, isolacionismo e elitização de algumas Universidades privilegiadas em relação as demais.

principalmente as que se relacionam com o ensino superior, que, no caso brasileiro, reforça a tendência a uma elitização ainda maior dos centros de pesquisa e ensino de qualidade, distanciando-os dos reais problemas sociais, colocando a bandeira da ampliação de vagas e de cursos sob responsabilidade do ensino privado, cabendo a algumas escolas superiores públicas, que não atingissem a eficiência competitiva, a possibilidade de sobreviver via formação de professores ou técnicos superiores. Essa tendência, atrelada às várias medidas de desobrigação do Estado para como o ensino superior público, colocam as atuais unidades e Universidades públicas em uma situação de impasse e de reforço de posturas individualistas para salvar a “sua parte”, paralelamente incentivando posturas locais que caminham na direção ideológica apontada pelas práticas governamentais e políticas neoliberais.

O que estou aqui tentando apontar é que, por mais que critiquemos essa política de desmonte da Universidade pública, devido às perdas que ela provoca em todos nós, muitos dos que criticam essa política, principalmente após serem afetados com menores ganhos salariais, perda de benefícios com bolsas de estudos e auxílios vários, acabam, na tentativa de encontrar soluções frente a estes problemas, por reproduzirem a lógica ideológica, que embasa essa política, no cotidiano das práticas e relações de trabalho estabelecidas no interior de seus departamentos e cursos.

Em relação a esta prática exercida em nível micro é que precisamos nos desdobrar como forma de não lermos os problemas que atingem a Universidade como oriundos apenas dos planos palacianos dos governos ou, no máximo, das reitorias comprometidas com estes governos. Caso olhemos com atenção, identificaremos a mesma postura se reproduzindo ao nosso lado, muitas vezes reforçada pelas nossas palavras e gestos. As práticas macro só se materializam e se territorializam nas relações que se dão em nível micro e é nesse nível que ela se turva, confundindo-se com relações de amizade, com as antipatias pessoais, com a mediocridade do carreirismo, com o conformismo de ter que pôr dinheiro em casa, tomar vinho importado no final do mês, ou ser reconhecido profissionalmente.

Vamos tentar exemplificar o que estamos apontando, fazendo referência a um caso que vivenciamos e que, com toda certeza, todos nós já presenciámos, de forma mais ou menos explícita, mais ou menos direta, e que conseguimos tirar boas ou péssimas conclusões a respeito.

Exemplifiquemos com um fato que reflete bem a pertinência da ordem democrática que passou a ser delimitada pelo compromisso da lei em si, e não do debate político e da participação coletiva para com os rumos da instituição. O modelo é a empresa capitalista em sua eficiência administrativa e econômica. Para que tal empresa seja eficiente, ela não pode permitir a igual e livre expressão de todos os componentes de seus quadros, do faxineiro ao diretor geral, pois como cada um tem uma função, a do faxineiro é de limpar e obedecer ordem de seu superior imediato. O superior imediato deve organizar a função de limpeza por parte de seus comandados e obedecer a ordem de seu superior imediato. Assim, de obediência em obediência, até o superior geral, que além de mandar em todos, deve ser capaz de colocar a empresa numa direção de competitividade e lucro, superando as concorrentes e estabelecendo a ordem interna, de tal forma que todos lucrem. Ele que lucre milhões, o faxineiro que lucre com seu salário mínimo via garantia do emprego.

Esse é o modelo que deve ser incorporado pela Universidade, pois só assim conseguirá ser eficiente. No entanto, a Universidade pública tem uma tradição de debater, de refletir e criticar as formas com que se dá a disputa pelo poder, além de ser uma instituição que não tem a obrigação de produzir uma mercadoria qualquer, mas produz cérebros pensantes, produz conhecimento potencializado em obras e pessoas, o que demanda tempo, amadurecimento e envolvimento dos sujeitos a ela relacionados, logo, cobra uma maior participação democrática dos que nela atuam direta e indiretamente²¹. Contudo, para os especialistas em administração empresarial, a especificidade do produto acadêmico não pode prejudicar a necessidade desta instituição de ter que ser eficiente. Como não dá para eliminar o debate e as tendências democráticas, pode-

²¹ Esclarecemos que isso não significa que a Universidade deve ficar restrita a reuniões e debates, mas pelo contrário, é justamente por não assumir e implementar o aprofundamento democrático das relações de poder e de elaboração do saber, que se perde tanto tempo em reuniões meramente burocráticas e técnicas no interior da instituição. Os objetivos de pesquisa, formas de ensino mais dinâmicas, diversidade de posturas e pluralidade de alternativas para se pensar, estudar e pesquisar é que devem ser democraticamente definidas e exercitadas, e não o cumprimento de formulários, de relatórios técnicos e de reuniões para discutir a melhor forma para redigir um ofício etc., as pessoas confundem a práxis política da democracia com a prática formal de se reunir para discutir os aspectos superficiais e meramente legalistas. O exercício da práxis política busca a ampliação do saber crítico e contextualizado, a prática da legalidade formal reforça a alienação do indivíduo em relação ao contexto do seu meio social.

se, pelo menos, adaptar estas características aos objetivos e eficiências buscados pela lógica do mercado.

Como são os professores a categoria que congrega mais experiência no interior da instituição, pois é através deles que advêm a coordenação de pesquisas, publicações, estagiários etc., esta categoria é que tem de, hierarquicamente, estar no topo da cadeia produtiva universitária, ocorrendo no interior desta categoria uma série de hierarquias até ao poder central, como uma série de chefes e subchefes que, tendencialmente, devem caminhar na mesma direção do poder central.

Os funcionários também possuem uma presença mais contínua na instituição, mas devem viabilizar as atividades acadêmicas planejadas e orquestradas pelos professores, logo, devem ter representatividade, mas bem inferior aos dos professores; contudo, entre eles também deve-se estabelecer uma rígida hierarquia de comando.

Já os alunos, maioria quantitativa do corpo universitário, caracteriza-se por sua passagem temporária no interior da instituição, média de 4 a 5 anos, logo, não podem ter um peso muito alto nas instâncias representativas e, além disso, deve-se pedagogizá-los na direção de incorporarem os ideários acadêmicos de competitividade e melhoria da qualificação, como a preocupação com notas, bolsas de estudos e envolvimento em grupos de pesquisa - a participação política deve ser nessa direção de formação de currículo e de apoio as atividades de melhoria da eficiência administrativa e não da contestação.

A partir desse quadro geral, entende-se a lógica que fundamentou a redistribuição percentual de participação de cada uma das categorias nas instâncias acadêmicas e, principalmente, da paridade das categorias nos processos de eleição. O que, ao longo da década de 80 foi fruto de uma conquista em nome da paridade, paridade esta que nunca deixou de lado o papel central dos professores na continuidade temporal das experiências acadêmicas, mas também entendia a importância dos funcionários e, principalmente, dos alunos, com sua maior quantidade de membros, sua relativa independência às estruturas internas de controle acadêmico, e seu potencial participativo que incomodava as forças mais conservadoras e tradicionais, é que se viabilizou experiências, ainda que tímidas e cheia de contradições, de fortalecimento das estruturas democráticas, politizando-se os debates e a participação.

Com certeza essa politização não trazia lucros e nem acelerava a eficiência produtiva da instituição. No entanto, permitia delinear

caminhos para uma Universidade pública que realmente se comprometesse com a formação universal, com a participação dos envolvidos quanto aos seus objetivos, com a produção de um saber que não estivesse na dependência das lógicas econômicas em si, mas que priorizasse a elaboração do saber independente de minorias privilegiadas, mais voltado para o social, para a qualidade em seu sentido mais amplo, não imediato. Infelizmente essas experiências não foram aproveitadas no sentido de serem aprimoradas, pelo contrário, foram entendidas como indesejáveis para a eficiência de uma empresa que não pode se dar ao luxo de ficar se abrindo para o debate coletivo, pois precisa de uma racionalidade objetiva, o que pressupõe que cada um cumpra sua parte e obedeça as ordens superiores. Para que não se questione tal medida é que se resgata a democracia enquanto legalidade, ou seja, as regras foram assim definidas em debates que constataram da participação dos representantes das diversas categorias. Após o voto, aprovou-se tal medida: resta-nos obedecer cegamente. É uma democracia de cúpula, em que se discutem normas e regras, que após aprovadas, aplicam-se para o conjunto dos envolvidos, não se dando espaço para novos debates, pois “está na lei”.

Desta forma é que as regras das eleições para os cargos diretivos da academia foram aprovados democraticamente. Em nossa unidade – A Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente – havíamos, ao longo da década de 80, definido uma estrutura de paridade das categorias na escolha do diretor (1/3, 1/3 e 1/3). Os candidatos se inscreviam conforme cronograma, após havia debates coletivos, depois votava-se, apurava-se e o candidato mais votado era indicado ao reitor que referendava a escolha. Essa experiência local, contudo, foi abortada da noite para o dia, e a democracia foi usada como álibi para tal postura.

A paridade já havia demonstrado inconvenientes em eleição anterior, quando uma das categorias, a dos funcionários, descontentes com a administração, identificou a filiação de um dos candidatos à vice-direção com a diretoria em vigor, decidindo votar na oposição, mudando a proporcionalidade de peso dos votos. Talvez a falta de amadurecimento político da categoria explicasse tal postura, no entanto, este fato demonstrou que a democracia não pode ficar restrita ao período de escolha de seus representantes, como o então diretor da época claramente agia. A Democracia, enquanto prática política, deve ser constantemente aprimorada e aprofundada, pois é muito frágil e complexa. No entanto, abre espaço para que a diversidade se relacione. Práticas corporativistas

e clientelistas, que se infiltram no meio democrático, caso esse seja constantemente estimulado e praticado, não conseguirão ter o mesmo peso e influência.

Contudo, a comunidade local, por mais que brade por democracia, só a concebe em termos genéricos e legais, reduzindo-a apenas à prática do voto, o que abre espaço para os fisiologismos, o mesmo fisiologismo que justificou a aprovação do fim da paridade eleitoral e colocação da relação 70% para professores, e os demais 30% para alunos e funcionários.

Nas eleições para nova direção de nosso campus, em 1997, tivemos o resultado dessa política “globalitária”²², em que a democracia legalista justifica as posturas centralistas e carreiristas, coibindo a própria aprendizagem coletiva propiciada pelas práticas democráticas em sua concretude histórica. Iniciou-se o processo democrático com a antiga paridade ainda em vigor, por mais que incomodasse a muitos professores. Contudo, a possível indisponibilidade de um dos candidatos com um certo grupo de alunos, aliado à segurança que as medidas eleitorais estabelecidas pela nova LDB, que deixa na mão dos professores o monopólio das decisões políticas, fez que a direção baixasse uma portaria mudando as regras da proporcionalidade eleitoral. Tal medida descontentou o corpo discente, enquanto a maioria do corpo docente não quis comentar a estranha decisão, alegando para tal que a diretoria estava apenas “cumprindo a lei”, não cabendo à categoria questionar ou tentar mudar tal decisão pois comprometeria o processo eleitoral, que cairia na ilegalidade. Esta postura também foi a tomada pelos funcionários. Diante disso, a revolta dos alunos foi apenas para demarcar posição, pois não teria peso para mudar o destino político, se não da eleição, pelo

²² O conceito de globalitarismo é aqui explicitado, apesar de estar implícito em muito de nossas observações ao longo desse texto, e é aqui destacado a partir das observações colocadas por Milton Santos, que entende a este como a *“tirania da globalização, associada à tirania do dinheiro, resulta no globalitarismo que se manifesta no pensamento único”* (Entrevista à revista Teoria & Debate, número 40, de fev./mar./ago. de 1999: 34). Mas enriqueço esta conceituação a partir das observações de Maria da Conceição Tavares, que aponta para as práticas globalitárias delimitarem a democracia à mera legalidade em que poucos decidem por muitos, mas estes poucos encontram-se legalmente eleitos como representantes destes muitos, sendo que tal fato encobre o poder econômico e midiológico que pesa e define os processos de escolha, reforçando esse pensamento único que encoberta os reais perigos e inimigos da sociedade. Essa prática globalitária se consolida, portanto, nas práticas e pensamentos individuais, justificando as relações e atitudes que ocorrem, tanto em nível global, quanto no local mais imediato.

menos dos debates, debates estes que não ocorreram coletivamente, mas cada categoria se reuniu com os representantes em separado para conversar com eles. O debate com os professores ocorreu por Departamento, assim como entre os alunos foi por curso.

Esvaziou-se qualquer qualidade política e participativa do mesmo, em compensação, muitos alegaram que as reuniões foram mais eficientes, pelo menos no que tange a redução do tempo de cada uma, pois as questões gerais ficaram reduzidas a problemas pontuais e isolados.

Cumpriu-se a lei, votou-se e todos perdemos com isso. No entanto, muitos ainda não se deram conta que esta atitude corroborou com aquilo que se critica em nível macro, pois fortaleceu localmente uma postura imediatista, carreirista e meramente legalista de se fazer Universidade. Deu-se um grande passo para a redução dessa Universidade a uma “particularidade” empresarial.

Esse caso é exemplar em sua complexidade e singularidade que, apesar de localizado na especificidade de Presidente Prudente, estabelece parâmetros com outros casos específicos que ocorrem em outros lugares e com o que acostumamos a ver na generalidade das relações de poder e de luta entre os governos federal e estadual com os movimentos sociais e sindicais.

Últimas Palavras: para se construir novos caminhos para a Universidade

De tudo que apontamos até agora, visando estabelecer uma relação entre as práticas macro-espaciais e aquelas de nível micro, caso compararmos essas medidas autoritárias e legalistas, podemos entender a vinculação entre elas como fruto do descaso e abandono da coisa pública, do administrar a coisa pública de forma meramente técnica, sem ouvir aos envolvidos, sem debater e criar espaços coletivos de aprendizagem política, sem efetivamente consolidar e aprofundar a prática democrática.

Com as medidas tomadas pela administração FHC e de vários outros governadores e prefeitos vinculados à lógica mercadológica da eficiência administrativa, encontraremos inúmeras semelhanças em nossas relações cotidianas. Tanto na visão legalista que justifica as medidas democraticamente impostas, quanto na reação isolada das pessoas e grupos, que acabam justificando as medidas repressoras e violentas por

parte do governo - vide o ovo na careca do Serra, e a surra que índios e trabalhadores levaram em Porto Seguro por conta dos protestos dos 500 anos; ou então a paulada que Mário Covas levou e a surra que os professores tomaram na Avenida Paulista por terem ocupado as duas pistas.

Os exemplos são inúmeros, tanto em nível macro quanto em nível micro, e a lógica que move tanto as posturas autoritárias quanto as reações intempestivas é fruto da mesma raiz que envolve o momento ideológico e econômico que atualmente estamos vivendo. Contudo, coloca-se, principalmente em relação às nossas experiências vivenciadas em nível micro, a possibilidade de concretamente refletirmos e construirmos respostas coletivas, contextualizado a estas experiências, mas não reduzindo a resposta à mera abstração de conceitos genéricos como culpa da “globalização” ou do autoritarismo facista de quem está no poder. É lógico que isso não deixa de ser verdade. No entanto, temos que territorializar estes conceitos, assim como elaborar espaços de aprendizagem de como teorizar e agir frente aos seres concretos que expressam essa lógica hegemônica, porque, em nível micro, essas relações tornam-se mais complexas, pessoais e subjetivas.

Temos que redobrar nossos esforços para aprendermos a agir na ilegalidade como forma de buscarmos caminhos alternativos para construirmos relações genuinamente democráticas, politizando a tecnificação administrativa e as relações estabelecidas. A Universidade é um palco privilegiado para tal, temos de saber aproveitar esse potencial, mas, para isso, temos de saber atuar e pensar também por fora da lei, para que legalmente não sejamos engolidos, ao mesmo tempo que temos de aprender a trabalhar com a divergência como forma de construirmos conjuntamente um espaço mais fortalecido pela unidade da diferença. Isso não significa que devemos aceitar a lógica capitalista, muito pelo contrário, pois é ela que instaura a uniformidade, o caminho “único” e inviabiliza identificarmos quem é nosso inimigo, quem realmente nos destrói, e quem é que, apesar de divergente da gente, pode nos auxiliar a crescer, pois o que queremos é uma Universidade de fato e não uma empresa de conhecimento sujeita ao mercado.

A reforma universitária é necessária, mas não se efetivará se ficar circunscrita a Universidade em si, mas só na sua interação com uma reforma não só do Estado, mas da sociedade em seu sentido mais amplo; saindo dos gabinetes governamentais e de especialistas, envolvendo a

todos, indo muito além da mera legalidade e das necessidades do mercado.

As condições atuais podem muito contribuir para que, a partir das práticas cotidianas e micro-espaciais, possamos elaborar uma vivência que efetivamente torne nossa sociedade mais radicalmente democrática e justa, de forma que a Universidade seja uma instituição compromissada com este social, com a liberdade e a diversidade do saber, superando seus ranços legalistas, burocráticos e elitizantes. Uma Universidade realmente universalizante e não uniformizante, como os interesses do mercado, vinculados pela orquestração estatal e materializados nas práticas carreiristas, atualmente insistem em perpetuar. Está na hora de corrompermos os limites legais e institucionais em que nos condicionamos a agir para nos superarmos em direção da radicalização democrática e da liberdade do saber em sua universidade.

Bibliografia

AMARAL, Nelson C. Crise no financiamento das instituições federais de ensino superior; in: Hélio Trindade (org.): *Universidade em ruínas na república dos professores*. Petrópolis, Vozes, 1999.

BORÓN, Afílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal, in: Emir Sader & Pablo Gentili (orgs.): *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

CHAUÍ, Marilena. A universidade em ruínas, in: Hélio Trindade (org.). *Universidade em ruínas na república dos professores*. Petrópolis, Vozes, 2000.

MENESES, Luís C. de. *Universidade sitiada*. São Paulo; Fundação Perseu Abramo. 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor. Capital, força de trabalho e fundo público; in: *Os direitos do antivalor - a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, Vozes, 1998.

RISTOFF, Dilvo I. A tríplice crise da universidade brasileira; in: Hélio Trindade (org.). *Universidade em ruínas na república dos professores*. Petrópolis, Vozes, 1999.

RISTOFF, Dilvo I. Boyer Commission – o modelo americano em debate, in: Hélio Trindade (org.). *Universidade em ruínas na república dos professores*. Petrópolis, Vozes, 1999.

ROMANO, Roberto. *Entrevista a Caros Amigos*, número 23. Rio de Janeiro, Editora Casa Amarela, de fevereiro de 1999.

SADER, Emir & GENTILE, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Milton. *Entrevista à Teoria & Debate*, número 40. São Paulo; Editora Fundação Perseu Abramo. Fev./mar./abr. de 1999.

SILVA JR, João dos Reis da & SGUISSARDI, Valdemar. Reforma do estado e reforma da educação superior no Brasil. in: Valdemar Sguissardi (org.). *Avaliação universitária em questão – reformas do estado e da educação superior*. Campinas, Editores Associados, 1997.

SILVA JR., João dos Reis. Tendência do ensino superior diante da atual reestruturação do processo produtivo no Brasil. in: Afrânio Mendes Catani (org.). *Universidade na américa latina – tendências e perspectivas*. São Paulo; Cortez. 1996.

TRINDADE, Héliqio. Universidade, ciência e estado; in: Héliqio Trindade (org.). *Universidade em ruínas na república dos professores*. Petrópolis, Vozes, 1999.

Jornais

○ Estado de São Paulo – universitário do país custa menos que o americano. 15/2/2000.

○ Estado de São Paulo – Investimento diminui nas Américas. 12/2/2000

Folha de São Paulo – Ensino superior brasileiro cresce ‘Torto’. 30/01/2000

○ Estado de São Paulo. 25/4/2000.

Estado de São Paulo, de 5/6/2000

Folha de São Paulo, de 20/6/2000.

